

# POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE À EDUCAÇÃO BÁSICA

Edson Francisco de Andrade

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objeto as repercussões do Programa Escola Acessível. Criado em 2007 (BRASIL, 2007), esse Programa de transferência de recursos financeiros direto à escola e tem como finalidade “assegurar o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações (BRASIL, 2013, p. 7).

Em atenção a esse objeto do Programa, delimitamos o objetivo do presente trabalho que é analisar as percepções sobre as repercussões do Programa Escola Acessível, no que concerne aos efeitos esperados quanto à promoção de acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional no ambiente escolar.

A investigação empírica foi realizada em uma escola estadual de Pernambuco/Brasil, situada na região metropolitana do Recife. A unidade de ensino escolhida é tipificada como Escola Polo, sendo responsável pelo provimento de Atendimento Educacional Especializado por meio de Sala de Recursos Multifuncionais (doravante SRM), que são ambientes dotados de equipamentos, mobiliário e materiais didáticos e pedagógicos, bem como recursos de informática, constituindo-se, assim, aparato essencial ao atendimento de alunos com algum tipo de deficiência.

Além da análise de documentos basilares do Programa, realizamos observações e *in loco* e entrevistas semiestruturadas com profissionais da educação e estudantes vinculados ao campo empírico da pesquisa. Foram realizadas entrevistas com 1/3 (um terço) do total de alunos que utilizavam a SRM, ou seja, contemplamos 12 (doze) dos 36 (trinta e seis) alunos que frequentavam a Escola Polo no ano letivo de 2016<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Todos os alunos participantes da pesquisa têm, pelo menos, um tipo de deficiência. Utilizaremos sigla específica para identificar cada um dos entrevistados, de acordo com a função que desempenhada no âmbito escolar, sendo: G = Gestor; VG = Vice Gestora; P= Professor (a), IL= Interprete de Libras; A= Aluno.

O trabalho analítico dos dados foi realizado por meio da Análise do Conteúdo. Com base nas contribuições teórico-metodológicas de Bardin (2007), iniciamos o trabalho de pré-análise, com a sistematização das ideias iniciais, buscando explorar o material e desenvolver a triagem dos dados. Em seguida, procedemos o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **A dimensão arquitetônica da acessibilidade na escola**

O conjunto das falas dos sujeitos expressa duas constatações que sintetizamos a respeito dessa dimensão do Programa. A primeira é que o foco principal de construção e/ou reformas de rampas, apesar de fundamental, não satisfaz integralmente as demandas referentes à acessibilidade na escola (IL, P3, A2, A6, A10). O fato é que, ao atravessar a rampa, nem sempre a pessoa com deficiência encontra ambientes e equipamentos escolares acessíveis (A1, A7, A11).

A segunda constatação é que as ações desenvolvidas com recursos do Programa constituem avanços significativos na consecução de ambientes inclusivos, atestando, assim, a plausibilidade dessa política educacional (P1, G, VG). Contudo, ao ponderar que *“aquele banheiro ali ele é adaptado, os de lá de cima não são (A12)”*, esse sujeito chama a atenção para a necessidade de complementos de serviços de adaptações, que não são necessariamente contemplados em apenas um ciclo de vigência do Programa na escola. Este fato não suscita ineficiência da política, pelo contrário, atesta que há justificativa para sua sequência em escola já contemplada, fato que nem sempre se confirma.

### **Acessibilidade à comunicação e à informação na escola**

Sem que a pergunta fosse referente ao que falta ser feito, o conjunto dos depoentes foi uníssono na identificação de demandas, mesmo quando o sujeito iniciava sua resposta com algum reconhecimento do que já se dispõe de informação e comunicação na escola.

A resposta de A4, revelando que faltam *“placas, piso tátil, seria interessante ter em quase todos os locais, mas, infelizmente...”* é representativa da principal

demanda referente a essa dimensão do Programa: falta condições adequadas de circulação nos ambientes da escola (P2, A5, A9), ou seja, que esta ofereça segurança para o exercício da autonomia de ir e vir, conforme se fez evidenciar na fala dos doze alunos que participaram da pesquisa. Trata-se, essencialmente, de uma reivindicação pelo direito à informação que potencialize um conjunto de formas de comunicação, dentre elas, e provavelmente a mais importante, a comunicação espontânea entre a pessoa que tem algum tipo de deficiência e as demais pessoas que convivem no ambiente escolar. Afinal, o termo comunicação está ligado ao ato ou efeito de comunicar-se, mas também a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, com vista ao bom entendimento entre as pessoas (PERRENOUD, 2001).

### **Acessibilidade didático-pedagógica na escola**

Salientou-se o reconhecimento da SRM como equipamento que ajuda o estudante a *“ficar mais concentrado, conseguir prestar mais atenção nas aulas, para usar mais a mente e trabalhar mais”* (A3). A interjeição de A4, *“eu gosto de estudar aqui, não tenho preguiça!”*, é também emblemática para sintetizarmos as repercussões das práticas didáticas e pedagógicas constatadas ao longo de nossa coleta de dados na escola.

Há também que se registrar as ponderações de que *“faltam recursos didáticos, nós aqui não temos livros com braile, não temos”* (P1). Com semelhante foco ponderativo, o interprete de Libras, referindo-se especificamente a necessidade de tecnologias assistivas voltadas, dentre outras finalidades, para a promoção de livro didático adaptado, nos alerta: *“nós não temos livros que dê condições para que uma pessoa que precise ter um material melhor para trabalhar”* (IL). Essas falas de P1 e IL reafirmam a necessidade complementaridade dos investimentos cobertos pelo Programa Escola Acessível, razão pela qual também reconhecemos pertinência de se garantir novas edições dessa política. Trata-se, especialmente, de se fazer valer a experiência exitosa até então constatada, mas também de um compromisso com o provimento de respostas às lacunas e inconsistências igualmente reveladas no curso de determinada edição do Programa.

## CONCLUSÕES

A universalização do direito a uma escola acessível constitui um pleito na ordem do dia, ao mesmo tempo em que se constitui uma agenda de política educacional que precisa ir além da cobertura suplementar de políticas educacionais, como o Programa Escola Acessível. Na realidade, faz-se urgente garantir perenidade de ações por meio de investimentos por parte do conjunto dos entes federativos, assim como de iniciativas a serem assumidas no âmbito escolar (MANTOAN, 2017). O Programa Escola Acessível constitui experiência que exemplifica apropriadamente tanto o papel esperado das esferas administrativas, quanto da atuação que se credita aos sujeitos que integram a comunidade escolar na perspectiva de aglutinação de esforços em favor do avanço no provimento de acessibilidade às pessoas com algum tipo de deficiência na escola dita regular.

Foi possível considerar que os sujeitos reconhecem repercussões importantes do Programa Escola Acessível. No que concerne a sua dimensão arquitetônica, constatamos que sua principal finalidade, a construção e/ou reforma de rampas, foi atendida com êxito. Contudo, há obstáculos na estrutura da escola que acabam impedindo a livre circulação dos alunos com algum tipo de deficiência. O fato é que, ao instalar as rampas de acesso, os gestores escolares tendem a não avançar em outros pontos da longa agenda necessária ao provimento de ambientes acessíveis. Ao não dispor de ambientes plenamente acessíveis, os alunos apenas atravessam o primeiro obstáculo, por meio das rampas, mas logo se deparam com outros obstáculos que parecem ser visíveis apenas para quem não consegue transpô-los (RODRIGUES, 2006).

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads. Lisboa: Edições 70, 2007.

BRASIL. **Documento orientador Programa Escola Acessível**. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

BRASIL. **Decreto nº 6.094/2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Presidência da República, 2007.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão, diferença e deficiência: sentidos, deslocamentos, proposições. **Inclusão Social**, v. 10, p. 37-46, 2017.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Ed. Artmed Editora, 2001.

RODRIGUES, David. **Dez ideias (mal)feitas sobre a educação inclusiva**. Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Ed. Summus, 2006.